

**PERCORRENDO ROTEIROS  
TEÓRICOS PARA A  
INTERPRETAÇÃO**

SELLA, Aparecida Feola<sup>1</sup>

BIDARRA, Jorge<sup>1</sup>

DITTRICH, Ivo José<sup>1</sup>

DAL MOLIN, Beatriz Helena<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Professores Adjuntos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, nível de Mestrado – área de concentração em Linguagem e Sociedade da Unioeste – Campus de Cascavel/PR.

**RESUMO:** Este artigo representa um ensaio, ainda inicial, sobre discussões interdisciplinares que se voltam para a compreensão da construção da interpretação, aqui entendida como um processo a ser verificado em várias partes do texto. O primeiro percurso anuncia o hipertexto como resultado de uma singular interpretação. Cada sujeito escolhe a forma de elaborar a construção lingüística, icônica, musical e plástica, que pode ou não corresponder a sua realidade física. No âmbito da Pragmática, contextos são considerados, desde aspectos sociais até características cognitivas. O reconhecimento do léxico remete a noções como informações lingüísticas, forma de armazenamento, estruturação e organização. Entender a frase tendo o verbo como núcleo, bem como o relacionamento com o seu complemento, pode render avaliações diferenciadas das informações contidas nas frases de um texto. Ou seja, estão presentes, neste texto, roteiros teóricos que podem revelar partes de um todo, nas quais cada elemento lingüístico deve ser considerado.

**Palavras-chave:** interpretação, elementos lingüísticos, texto

**ABSTRACT:** This article represents an essay, although initial, on the interdisciplinary discussions aiming at understanding the construction of interpretation, considered here as a process to be verified in several parts of the text. We start by contemplating the hypertext as a result of a peculiar interpretation. Each subject chooses the way of elaborating the linguistic, iconic, musical and plastic construction, which can or cannot correspond to its physical reality. Within the Pragmatics framework, contexts are considered, ranging from social aspects to cognitive features. The lexical recognition relates to notions like linguistic information and ways of storing, structuring and organizing information. Understanding the sentence as having a verb as a nucleus, as well as the relationship with its complement, can yield different evaluations of the information present in the text sentences. Thus, this paper presents theoretical itineraries that can reveal parts of the whole, in which each linguistic element must be considered.

**Key-words:** interpretation, linguistic elements, text

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem o propósito de apresentar possibilidades de se estabelecer processo de interpretação de textos por meio de traços teóricos diferenciados. Entende-se que o leitor pode acolyer possibilidades de interpretação que podem ser interligadas devido a objetivos de pesquisa. A interpretação, configurada como um processo extensivo a várias partes do texto, ora isoladas, ora verificadas na harmonia proposta pelo produtor do texto, estabelece ao leitor roteiros de leitura. O hipertexto, por exemplo, pode

render formas específicas de sondagem de leitura: não somente estão em jogos as formas lingüísticas mas também as icônicas, muciais e plásticas. Se o percurso prevê o recurso de aspectos sociais e cognitivos, a pragmática mostra-se como um caminho salutar, porque a orientação cognitiva implica considerar questões de ordem cultural nas abordagens, revelando, portanto, subjetividades que são manifestas, ou são ocultadas, na situação enunciativa. Recorrer ao nível do léxico pode representar a procura por associações lógicas que uma palavra tem num dado contexto, em que estão envolvidos não apenas a captura das relações de herança entre os conceitos, mas também o modo como os conceitos são integrados em expressões coerentes numa sentença. Em termos de sintaxe da frase, pode ser contemplado o relacionamento instaurado entre palavras que dependem umas das outras numa perspectiva hierárquica, princípio a ser considerado como a dinâmica da frase. A valência verbal, nesse sentido, torna-se uma das perspectivas de análise, e, portanto, pode gerar modelos que sirvam para dar visibilidade à amplitude de sentenças de uma língua.

### **HIPERTEXTO E O FAZER PEDAGÓGICO COMO ACONTECIMENTO**

Deleuze define acontecimento como sendo efeitos, verbos, resultados, infinitivos. Para ele e para efeito do que aqui queremos denominar como um Acontecimento, este não é o que acontece (acidente), mas o acontecimento se dá no que acontece, ou seja, é “o puro expresso que nos dá sinal e nos espera, ele é o que deve ser compreendido, o que deve ser querido, o que deve ser representado no que acontece e seu brilho e esplendor é o sentido”. Gilles Deleuze nos ensina que o acontecimento é um tornar-se digno daquilo que nos ocorre, logo, querer e capturar o acontecimento é tornarmos filhos de nossos próprios Acontecimentos e por aí renascer, refazer para nos mesmos um nascimento, rompendo com o nascimento de carne. Ser filhos de nossos Acontecimentos e não mais daquilo que fazemos, compreendendo que o que fazemos é produzido por nossa filiação ao acontecimento (DELEUZE, 2000, p. 152).

Um das preocupações presentes na trajetória de educar diz respeito ao desenvolvimento de um fazer pedagógico que possa apresentar uma estreita e amalgamada relação entre aprender e ensinar capaz de diluir as tão demarcadas fronteiras mantidas no modo de ensino tradicional. Conduzido desta forma, o processo de ensino-aprendizagem poderá fazer com que pequenos Acontecimentos ocorridos no espaço escolar redundem naquilo que denominamos conhecimento maior da Aprendizência, concebida como um modo de ensino-aprendizagem no qual a aquisição de saberes, a construção de conhecimentos, a lida com as tecnologias de comunicação digital, efetivam-se num jogo de alternância e simbiose entre professor e aluno - aprendentes - ambos em constantes trocas de vivências educativas que se movem por entre os conhecimentos vários, as linguagens múltiplas, os saberes possíveis, os contatos variados (presenciais e a distância, que a tecnologia e sua virtualidade permitem) sem a preocupação de estabelecer fronteiras e pré-requisitos, porém, ocupados todos em reorientar o próprio viver.

O ato de ensinar-aprender, ou seja, a Aprendizência, se tornará substancialmente mais eficaz, mais rica, mais produtora e adequada às exigências do homem hodierno, à medida que incorpore em seu fazer novas ferramentas tecnológicas que permitam, com maior competência e agilidade, tornar o conhecimento em algo importante e pertinente à vida dos aprendentes. Com a tecnologia de comunicação digital virá todo um espírito de agilidade, de flexibilidade, de interatividade, de velocidade que este novo contexto requer.

Ao falar-se em novas ferramentas, ressalta-se que uma das preocupações iniciais deste trabalho é afastar a compreensão ingênua, segundo a qual no emprego da tecnologia residiriam todas as soluções para as mudanças do processo educativo, assim como se entende não ser a tecnologia a solução para os males da humanidade.

No que tange ao texto sua leitura, produção e interpretação e entra em cena o Hipertexto, que é a materialização de toda a potencialidade da linguagem, pois aglutina em si a linguagem

em sua potencialidade de signo icônico, lingüístico, matemático e musical, entre outras, exigindo do fazer pedagógico um outro modo de relacionamento uma outra forma de ler, interpretar, pensar, sentir, agir e mover-se, uma nova subjetividade, portanto.

Com o emprego da tecnologia digital, mas mais que isto com tudo o que ela traz de ágil, fluídico, complexo, temos a ampliação do leque de emprego das linguagens. Assim, com a produção hipertextual, a escrita deixa de ser a única linguagem para dar lugar a uma orquestra semiótica que harmoniza imagem, som, movimento e simulação, possibilitando originar ambientes infocomunicacionais alternativos que estão a serviço de uma produção textual mais complexa, participativa, democrática e interativa e mais condizente com os avanços do momento atual. A propósito disso, vejam-se as comunidades virtuais de aprendizagem que proliferam no mundo, os *sites*, os *bloggers* e os *chats* de conversação por temática e interesse comum. Se considerarmos que a tecnologia, a cada dia, apresenta inovações e avanços, certamente ainda teremos mais ferramentas e dispositivos técnicos ao nosso dispor.

Na produção hipertextual, e quando se fala em produção compreende-se tanto a elaboração do texto quanto sua interpretação, cada sujeito é uma singularidade que escolhe a sua forma de elaborar a construção lingüística, icônica, musical e plástica que pode ou não corresponder a sua realidade física, mas que dispõe de uma realidade virtual, uma existência não-corpórea, mas, real. Nasce um outro indivíduo que não é formado apenas por um corpo e um espírito, que não é mais um conjunto de estímulos programados e previsíveis, nem tão pouco fruto do determinismo histórico. Nasce um sujeito lingüístico, cuja identidade é fluídica, e em constante movimento e sua existência efêmera é objetivada por processos lingüísticos complexos, mutantes, coletivos, polifônicos, enredados.

Nasce, enfim, um sujeito que não se objetiva apenas por critérios ontológicos ou físicos, mas que se materializa na linguagem, no contexto comunicativo e mediático, na interação. Sujeito que possui uma subjetividade coletiva e virtual, que comporta inter-relações entre unidade e todo, entre o singular e coletivo, entre o tudo e o nada.

A linguagem, bem como a arte, é um território aberto e rico, sempre pronto a receber a alternância em gestação ou um mundo de valores em decomposição e facultar que em seu seio se situem, tomem corpo, cresçam e se façam sentir como o cerne de uma outra construção que um outro tempo espera que aconteça, pois na linguagem e na arte se configura um espaço eterno; um espaço-tempo onde passado e presente unificam-se num único e eterno instante, um espaço onde o mundo se apresenta num *continuum* vital em que passado presente e futuro fundem-se na alquimia do verbo, das cores e das formas, assim como a realidade cósmica e as vivências estão fundidas. Assim, o hipertexto configura uma nova forma de ler, registrar e interpretar e dizer o mundo urge, portanto que esta forma de trabalhar com a linguagem entre em ação no fazer pedagógico cotidiano, dando as sala de aula o tom do Acontecimento tão marcante e necessário às singularidades e coletividade do espaço educativo.

### PRAGMÁTICA E INTERPRETAÇÃO: UMA PERSPECTIVA COGNITIVA

De acordo com Parret (1988), a Pragmática constitui-se em teoria da compreensão e, portanto, parte do princípio de que esta se ampara numa competência comunicativa pragmática. O autor caracteriza, ainda, a Pragmática “pela concepção da dependência contextual do sentido discursivo, da racionalidade dependente do contexto e pela orientação da compreensão” (p.26). Parece, assim, que a interpretação pragmática se apóia em princípios que devem considerar o papel do contexto e sua relação com o material lingüístico, a partir do que o usuário é capaz de estabelecer inferências em relação ao significado, explícito, implícito ou até mesmo, subentendido no discurso.

Diferentes noções de contexto permeiam as teorias na área, algumas com ênfase nos aspectos sociais, outras com ênfase na situação enunciativa mais imediata e, ainda outras, com características de ordem cognitiva. Sperber e Wilson (1995), ao definirem o contexto como um constructo psicológico - conjunto de crenças, valores e representações proposicionalmente arqui-

vadas na memória conceptual do usuário, podem apoiar um processo compreensão cognitivamente orientado. Sua teoria da relevância, mesmo com resquícios de formalização (o que não pode ser considerado negativo), poderia ser considerada como uma pragmática cognitiva porque descreve, pelo menos teoricamente, como se desenvolve o processo de compreensão do significado a partir do potencial de inferência, amparado no que é mais relevante na situação enunciativa. A noção de implicação contextual, considerada como reforço ou apagamento de proposições assumidas, além da geração de novos sentidos a partir da interação entre o conhecimento novo e o existente na memória (contexto), explica como a interpretação se processa amparada no princípio da relevância: o intérprete privilegia a inferência que produz maiores resultados, com o menor esforço.

As implicaturas conversacionais (Grice, 1975), mesmo com as críticas que lhe são dirigidas porque o autor partiria de situações ideais de fala, ainda se revela uma tendência que ajuda a explicar, pelo menos em parte, como se desenvolve o processo inferencial a partir de raciocínios que não se apóiam, unicamente, no material lingüístico, mas não independem dele. Diferentemente das implicações - da Semântica Formal - não se constituem com a pretensão lógica com que Grice pretendeu caracterizá-las. Mas certamente sua teoria se apresenta como uma das possíveis explicações para o fenômeno. Não parecem pertinentes as críticas, uma vez que o objetivo do autor, ao estabelecer o princípio da cooperação e as respectivas máximas, resume-se a construir um quadro de referência em função do qual se tornaria possível buscar a descrição da competência comunicativa dos falantes, para inferir o não dito, a partir do que efetivamente se "disse". Trata-se, portanto, também de um aspecto pragmático do significado que se apóia em princípios de natureza cognitiva.

A teoria dos atos de fala (Austin, 1990), como um dos componentes que figuram em qualquer teoria pragmática que se pretenda conseqüente, são outro mecanismo teórico em que apoiar a interpretação pragmática. Na medida em que sua teoria se estende para além dos enunciados performativos,

complementados pela noção de “condições de felicidade”, e, posteriormente, pelos “atos de fala indiretos” (Searle, 1975), mesmo com as limitações apontadas por Levinson (1983), ainda se constitui como base teórica para dar conta de, pelo menos, da interpretação daqueles enunciados que não se enquadram nas declarações, como apontadas pela Semântica das Condições de verdade. Levinson (op cit) aponta uma série de concepções diferentes do que vem a constituir o escopo da pragmática e inclui, ente elas, o estudo da teoria dos atos de fala. Não parece que a interpretação (inferência) da força locucionária dos enunciadas possa ser compreendida, se não através de mecanismos de ordem cognitiva, ainda mais quando se trata dos chamados “atos de fala indiretos”.

A discussão que envolve os limites entre Semântica e Pragmática, parece acompanhar o raciocínio de Leech (1983), que aponta a complementaridade entre ambas as disciplinas como uma das alternativas de explicação dos mecanismos de interpretação do sentido. Esta compreensão poderia levar a entender que a interpretação semântica constitui um primeiro nível interpretativo, ao qual se sobreporia o pragmático, mais ou menos nos princípios em que Ducrot (1987) apresentava sua primeira versão da significação, com um componente lingüístico e outro retórico. Não parece que uma solução híbrida, em que as duas disciplinas constituam um campo difuso, sem a caracterização da especificidade de cada uma delas, seja uma alternativa promissora, pois uma teoria dessa ordem precisaria ser estabelecida em bases muito diferentes das que atualmente se apresentam. Assim, o estudo pressuposição, se semântica ou pragmática, parece incluir-se entre os fenômenos que, certamente merecem atenção e necessitam ser considerados pois, decididamente, interferem no processo da compreensão. Moura (1999) aponta uma série de indicadores - ativadores - de pressuposição e estabelece seus princípios na interface entre semântica e pragmática. Faz o mesmo em relação ao contexto, considerando que os enunciados não apenas se interpretam em função de determinado contexto, mas também criam novas situações contextualiza-

doras em função das quais se desenvolve a interpretação discursiva. Mesmo que, atualmente amparada em princípios formais, sua abordagem parece promissora se apoiada em bases cognitivas, principalmente para aquelas situações de que os testes tradicionais não dão conta.

A abordagem da metáfora, não apenas como figura de linguagem, mas como processo conceptual (Lakoff e Johnson, 2001) parece exigir, em sua interpretação, mecanismos cognitivos de natureza inferencial, ou seja, o intérprete se apoiaria em seu conhecimento de mundo (cultural) para apreender o significado pretendido. Falar-se-ia, então, de uma certa competência de metaforização que os intérprete acionaria para interpretar metáforas. Parece, assim, uma proposta representativa no terreno da interpretação enunciativa, dado que a transferência de sentido, mais do que um fenômeno puramente lingüístico, se apresenta, antes, como fenômeno conceptual. Assim, uma abordagem da metaforização nesta ordem de raciocínio parece coadunar-se com uma pragmática com orientação cognitiva. Não é, todavia, a única abordagem possível. Veja-se, por exemplo, Finger (1996), em que a abordagem desta figura, de linguagem para alguns, de pensamento para outros, é feita a partir das máximas griceanas e da teoria de Austin.

Outro direcionamento de ordem cognitiva se apresenta em Van Dijk (2000): "nas teorias clássicas sobre os atos de fala, as condições de adequação são usualmente de natureza cognitiva". O autor ainda acrescenta que "dever-se-ia investigar quais os processo cognitivos subjacentes à noção de adequação que se estabelecem nos contextos comunicativos" (p.75). Se uma teoria de ordem pragmática oferece regras ou, mais precisamente, estratégias para interpretação, Van Dijk (op cit) vai dizer que ainda se trata muito mais de um programa do que propriamente uma realidade já descrita teoricamente. A indicação, por isso mesmo, reforça a tese de que as abordagens pragmáticas que privilegiam aspectos cognitivos se tornam cada vez mais proeminentes, se não necessárias.

As teorias que se apóiam em esquemas, frames, scripts ou cenários, guardadas as respectivas especificidades, tam-

bém se orientam em aspectos cognitivos da compreensão, como apontam diversos estudos na área. Como diferentes contextos ativam diferentes interpretações, o contexto de uma *frame* como o de instituição bancária, em sua diferença com o de uma feira, por exemplo, permite que o falante identifique, com maior ou menor pertinência quando um enunciado como “Oferecemos uma ‘cesta de produtos’, acessível a nossos clientes” (utilizada por algumas instituições bancárias para se referir ao serviços que se incluem numa única taxa) se refere a uma ou outra instituição. O conhecimento de mundo, a experiência *-frame-* não parece distante do que procura uma teoria de interpretação de ordem pragmática, em bases cognitivas.

Não se entra aqui, na distinção certamente importante, mas não determinante, entre compreensão e interpretação. Uma proposta seria reservar a primeira para a semântica e a outra para a pragmática. Mas, neste caso, se estaria aceitando o princípio de que existe uma base significativa previamente dada e estável - que seria compreendida - a qual se sobreporiam os complementos de sentido, de ordem pragmática, preenchidos por inferência. Não parece assim que Bakhtin (1995) desenvolve a relação entre tema e significação na língua. A não ser que se pense nas pistas de sentido inscritas na frase como mecanismos que propiciariam um primeiro nível de atribuição de significado - compreensão, que instruiriam as inferências a serem realizadas num segundo nível: a interpretação apoiada nas instruções de sentido apontadas nas pistas de significação. É uma alternativa que, todavia, ainda não está consistentemente desenvolvida e, por isso, é suficiente manter a compreensão como um processo de ordem cognitiva.

O que aqui, rapidamente, se apresentou, parece relevante, embora talvez não suficiente, para indicar que as alternativas mais promissoras na área de estudos da interpretação pragmática são aquelas que seguem uma orientação cognitiva, o que implica considerar questões de ordem cultural nas abordagens, revelando, portanto, subjetividades que se manifestam, ou ocultam, na situação enunciativa. Uma teoria do contexto - de ordem cognitiva -, vinculada àqueles fenômenos

descritos como conceptuais e representacionais, parece reforçar o sucesso daquelas à natureza cognitiva da inferência pragmática. Ainda mais porque esta se ampara em conhecimentos de mundo armazenados e postos a disposição por alguma mecanismo de ordem mental.

## O PAPEL DO LÉXICO NA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Segundo Colomer (2002), a habilidade de um leitor para interpretar um texto dependerá sempre da sua capacidade de organizar as idéias subjacentes ao texto; idéias essas construídas cuidadosamente pelo próprio autor a partir das palavras que seleciona. Nessa sua tentativa, o leitor, mesmo que não tenha consciência disso, executa vários níveis de análises, lingüísticas ou não. Eco (1979) e Kleiman (2001) argumentam que, dentre os muitos processos ativados por um leitor durante a interpretação de um texto, sem dúvida alguma a inferência e o levantamento de hipóteses constituem dois dos principais itens, cujas palavras constituem a base mais importante para o raciocínio exigido.

Com efeito, as palavras são as primeiras e as grandes responsáveis pelo sentido contido nas mensagens dos textos. Investigá-las, seja a partir do modo como se articulam, ou como, através dos seus significados próprios, influenciam o texto, é assim uma necessidade premente. Buscando compreender como funcionam e se comportam, muitos estudiosos têm investido o seu tempo investigando as palavras e as relações que estabelecem em contexto.

A simples referência ao termo "palavra" nos remete, imediatamente, a um outro conceito, "léxico". Enquanto corriqueiramente, por assim dizer, o termo léxico seja associado a um conjunto de vocábulos de uma língua, para os nossos propósitos aqui, por léxico, entenderemos o lugar onde as palavras e as informações lingüísticas a seu respeito estão armazenadas, estruturada e organizadamente.

Pustejovsky (1995), cujo modelo estamos estudando há algum tempo, propõe um modelo teórico de léxico que nos permite perceber o seu verdadeiro papel no processamento

da linguagem natural. Mais do que um depósito de palavras, na proposta do autor são explicitadas não apenas as principais características morfossintáticas e semânticas, mas também as relações e as restrições sintáticas e seletivas determinadas pelos itens lexicais, para fins de realização nas sentenças.

Embora ainda haja muita controvérsia em torno dos chamados modelos formais de descrição lexical, cujo principal argumento dos seus críticos recai na falta de capacidade que teriam para representar a realidade lingüística mental, o fato é que, a partir desses modelos, tem sido possível avançar em muitas questões que até então permaneciam à margem dos debates. Ao propor o modelo do léxico gerativo, Pustejovsky, p.ex., abre um vasto campo para reflexão, evidenciando que as palavras, mais do que suportarem um significado básico e literal, jogam o tempo todo com variações semânticas importantes, que, embora à primeira vista parecendo casuais, o autor prova que, bem ao contrário, constituem comportamentos lexicalmente previsíveis e formalmente representáveis.

Visto por ângulos diversos, o modelo proposto fornece pistas importantes para o trabalho de interpretação textual. Para a elaboração desse seu modelo, Pustejovsky tomou como princípio básico o fato de que a modelagem de um léxico, para dar conta dos vários fenômenos lingüísticos lexicais, precisa considerar não apenas a semântica lexical (Cruse, 1986), mas também e principalmente a composicionalidade das palavras (Chierchia, 2000). Com isso em mente, o autor idealiza um léxico composto por quatro diferentes níveis de estruturas lexicais internas, a que denominou de (i) estrutura de argumentos, (ii) estrutura de eventos, (iii) estrutura dos qualia e (iv) estrutura de herança, bem como um conjunto de mecanismos gerativos para a manipulação, a saber: coerção de tipo, co-composição e ligação seletiva.

Funcionalmente, a estrutura de argumentos especifica como uma palavra deve ser mapeada numa expressão sintática. Nela, são identificados quatro tipos distintos de argumentos: (I) Argumentos verdadeiros ou parâmetros do item lexical sintaticamente realizados: "João chegou tarde.", com

*João* sendo o sujeito da sentença; (2) Argumentos padrão - parâmetros que participam das expressões lógicas na estrutura *qualia* (tópico que será visto mais adiante), mas que não precisam estar necessariamente presentes na sentença: “Pedro construiu um armário com madeira.” Desde que normalmente armários são feitos de madeira, o aparecimento da expressão grifada na sentença torna-se totalmente dispensável; (3) Argumentos sombra - parâmetros que já estão semanticamente incorporados no item lexical. Trata-se de argumentos que, em geral, são expressos por operações de subtipagem ou especificação do discurso: “Pedro chutou o muro com a perna esquerda.”. Repare-se que embora o verbo *chutar* já pressuponha o uso do pé, no caso do exemplo, a explicitação da expressão grifada desempenha um papel importante e que, é claro, altera substancialmente o significado da mensagem passada e (4) Adjuntos Verdadeiros - parâmetros que, de certo modo, não constituem os elementos essenciais de uma estrutura sintática, mas que fazem parte da interpretação situacional. No geral, enquadram-se nesse conjunto as chamadas expressões de modificação temporal ou espacial e que não estão ligadas a nenhuma representação de itens lexicais particulares; p.ex., “Maria foi ao cinema ontem.”.

A estrutura de eventos descreve o tipo de evento e sub-eventos expressos por um item lexical ou por uma sentença. Convencionalmente, um evento é um parâmetro lógico definido por um predicado particular ou por uma relação, em geral, determinado pela semântica parcial de um verbo. São assumidos pelo menos três tipos de eventos: *processos*, *estados* e *transição*.

A estrutura *qualia* representa os diversos modos de predicação admitidos por um item lexical, também denominados aspectos essenciais do significado de uma palavra. A idéia dos *qualia* é, em parte, inspirada na interpretação de Moravcsik (1975) sobre os modos de explanação (*aitiae*) de Aristóteles. A estrutura *qualia* é composta por quatro papéis semânticos: (1) Constitutivo - especifica a relação entre um objeto e suas partes; ou seja, de que é feito o objeto, qual o seu peso, etc. (2) Formal - estabelece a relação do objeto com o exterior: orienta-

ção, magnitude, forma, dimensão, cor ou posição; (3) Télico - especifica a finalidade e/ou a função do objeto e (4) Agente - especifica a origem ou como o objeto foi construído.

Por fim, a estrutura de herança representa as associações lógicas que uma palavra tem num dado contexto. Nesse nível, estão envolvidos não apenas a captura das relações de herança entre os conceitos, mas também o modo como os conceitos são integrados em expressões coerentes numa sentença. São dois os tipos de herança: a *herança fixa* e a *projetiva*. A primeira delas inclui métodos tradicionalmente encontrados na Inteligência Artificial e nas pesquisas sobre léxicos (Roberts, 1977; Brachman, 1985; Bobrow, 1977). É representado por uma rede fixa de relações usada para descobrir conceitos existentes e relacionados a um item lexical. A herança projetiva opera (gerativamente) sobre a estrutura *qualia* de um item lexical de modo a permitir que conceitos arbitrários sejam criados dinamicamente, através da aplicação de certas transformações (*transformações projetivas*). Segundo o autor, são esses os mecanismos que, quando aplicados sobre a estrutura *qualia*, geram o que ele próprio vai denominar de *espaço conceitual*; ou seja, o conjunto de derivações de sentidos oriundos de um sentido básico da palavra.

Sobre as quatro estruturas, agem, como já mencionado anteriormente, três operações de transformações semânticas: a coerção de tipo, a co-composição e a ligação seletiva. A coerção de tipo age sobre o argumento interno realizado na estrutura de superfície, convertendo-o ao tipo de complemento requerido pelo verbo em sua forma sintática canônica. Assim, se o complemento realizado coincide com o tipo de expressão que o verbo seleciona, a sentença é considerada bem formada; caso contrário, a estrutura da sentença se submete a uma coerção de tipo regida pelo verbo. Para que aceitemos como válida a sentença "Pedro vive dirigindo uma Honda", uma operação de transformação precisa ser realizada sobre a palavra *Honda* para algo que corresponda a um tipo de automóvel; ao contrário, a assertiva soaria, no mínimo, estranha. A co-composição permite recuperar os múltiplos sentidos admitidos por um verbo. O verbo "assar", p.ex.,

admite mais de uma interpretação. Para que o leitor consiga alcançar qualquer uma delas, vai precisar considerar o complemento que vem associado ao verbo. Sejam as seguintes duas sentenças, aparentemente idênticas:

“A empregada assou a batata”

“A empregada assou o bolo”.

Embora “assar” traga consigo um significado próprio que nos remete ao verbo cozinhar; o que se nota, na verdade, é que, no caso do primeiro exemplo, “assar” tem um sentido caracterizado por uma mudança de estado. Com efeito, desde que a batata é um legume, então ela já existe naturalmente como um objeto. Assim, assar uma batata significa fazer com que a batata mude de estado, de crua para cozida. No outro caso, a interpretação diverge: o bolo só passa a existir se for feito; nesse sentido, um artefato.

A ligação seletiva é um mecanismo de interpretação particularmente aplicado à polissemia de adjetivos, onde são levados em conta dois aspectos fundamentais: (a) alguns adjetivos são capazes de modificar indivíduos e eventos e (b) outros, para terem o seu significado determinado, dependem da semântica do objeto a ele coligado. Sentenças do tipo “João é um datilógrafo rápido” mostram bem essa situação. Numa das interpretações possíveis, considerar o adjetivo *rápido* como um modificador intersectivo seria uma análise válida. Em tal circunstância, João seria além de datilógrafo, rápido. Note-se, entretanto, que a tal “rapidez” não estaria restrita à atividade que exerce como datilógrafo, mas aplica-se a tudo o que ele faz: ser “rápido” é uma propriedade intrínseca de “João”. Mas, por outro lado, podemos interpretar a sentença assumindo que “João” só é de fato “rápido” quando datilografando.

### **INTERPRETAR A FRASE A PARTIR DA CENTRALIDADE NO VERBO**

Tesnière (1966) considera o verbo o elemento central da frase, mediante “um processo hierárquico de dependência”. A centralidade na frase reservada ao verbo gera, segundo aponta Baez San José (1988), um universo de indagações com referência aos pressupostos utilizados pela gramática

tradicional para conceituar sujeito e predicado. Tesnière não aceita a visão bipartida da oração como um fator sintático porque a) a bipartição está pautada numa conceituação lógica que atribui ao sujeito e ao predicado, respectivamente, características como “ser de quem se declara alguma coisa” e “o que se declara dessa alguma coisa”, e b) estabelece uma posição de destaque para o *sujeito* que, na verdade, é mais um elemento sintático subordinado ao verbo.

Para o autor, a sintaxe da frase é entendida como um relacionamento instaurado entre palavras que dependem umas das outras numa perspectiva hierárquica, e é esse o princípio que estabelece a dinâmica da frase. Allerton (1982), ao discutir os problemas de valência verbal, diz que é tarefa da análise sintática reduzir a vasta variedade de sentenças e partes de sentenças a um número limitado de modelos recorrentes que se combinam mutuamente. Acreditamos que o estabelecimento de modelos que sirvam para generalizar a amplitude de sentenças de uma língua resulte em tarefa difícil de ser realizada.

Mas, para fins didáticos, estabelecer modelos talvez seja um caminho viável para iniciar o ensino da produção de frases e de paradigmas alternativos para os elementos que se subordinam direta ou indiretamente ao verbo, levando-se em conta a existência de estruturas peculiares. Primeiramente, é preciso escolher a forma de verificar a função do verbo no âmbito sintático e semântico. A gramática tradicional limita-se a classificar o verbo como o elemento que denota estado, ação e fenômeno da natureza. Entretanto é um conceito utilizado como parâmetro para distinguir o verbo das outras classes de palavras. No nível sintático, o verbo é tido como o núcleo do predicado, e deve concordar com o sujeito em número e pessoa.

Allerton se detém aos detalhes da valência em termos de número de argumentos, ou seja, se o verbo é avalente, mono, bi, tri ou tretravalente. Preocupa-se com os detalhes específicos de cada verbo. Por exemplo, registra que verbos avalentes descrevem de forma geral fenômenos meteorológicos (ou verbos ambientais) e que os monovalentes admitem caracteristicamente o sujeito, e são denominados intransitivos. Exclui aqueles que podem admitir um segundo marcador

(actante) mas podem perdê-lo por supressão indefinida ou contextual. Parta o autor, tais verbos (intransitivos) abrangem atividades que podem ser executadas por uma entidade ou grupo de entidades sem interagirem com mais alguém ou alguma coisa. A amplitude de atividades é executada por entidades animadas, e designam atividades corporais.

Vilela (1986, p.17) entende que “o verbo como predicado assume a função central da frase e determina a estrutura frásica de base, quer do ponto de vista sintático, quer semântico”. O autor não define claramente o que seja a palavra predicado mas se detém a apontar a função de termo principal da oração. Dik (1981), por seu turno, define o predicado ao definir a função da estrutura dos termos como elementos que não são utilizados para se referirem a entidades, mas para designarem, mediante os termos, propriedades das entidades de referência ou relações entre elas.

Chafe (1979) considera que o verbo dita a presença e a natureza do nome e que a influência semântica deste é dominante, estendendo-se sobre os nomes subordinados. O critério é semântico mas a análise é limitada a uma relação direta, desvinculada de contexto.

Como exemplifica o autor, em *A cadeira riu*, o termo *A cadeira* pode ser interpretado como anormalmente animado, mas essa anormalidade não pode ser atribuída ao verbo *rir*, como se fosse um tipo diferente de atividade realizada por objetos inanimados. Em sua proposta de análise, Chafe considera, portanto, o verbo central e os nomes, a ele afetos, como subordinados. Em *A madeira está seca*, um certo nome está num estado ou condição. O verbo é especificado como estado e é acompanhado por um nome que é seu paciente. O paciente especifica o que é que está no estado. Contudo, o autor exemplifica o que seja estado somente com frases que contêm o verbo *estar*. E o que dizer de outros verbos que implicam um nome numa certa condição, embora não um estado? Por exemplo, *Maria parece triste?* E o que pensar de frases como *A madeira é seca?*

Para Chafe, em orações do tipo *A madeira secou* o verbo exprime um processo em que o nome mudou de estado. Como processo, o verbo ainda envolve uma relação entre um nome e um estado, e o nome é paciente do verbo. Tem-se uma oração de sim-

ples processo que responde à pergunta *Que aconteceu a N*, para a qual uma oração de simples ação não é uma resposta adequada.

Em *Miguel correu* há uma atividade ou ação, alguma coisa que alguém fez. O nome especifica algo que nem está num estado e nem está mudando de estado; especifica algo que realiza a ação, o agente do verbo. Estado e processos são acompanhados por pacientes mas ação por agentes. Em *Miguel secou a madeira*, o verbo é simultaneamente tanto processo como ação. Como processo, implica uma mudança de condição de um nome; seu paciente, como ação, expressa o que o agente faz algo a alguém. Um verbo que não é estado pode ser processo ou ação ou ambos.

Admite ainda o autor que em algumas orações não precisa estar presente nenhum nome. Em *Está quente*, *É tarde* e *É terça-feira*, o verbo indica estado todo abrangente, que cobre o meio ambiente total, não apenas um objeto dentro dele. Já em orações como *Está havendo* não é expresso estado. Por outro lado, ao discutir a maneira pela qual cada um dos verbos descritos dita a presença dos nomes e as relações paciente e agente que tais nomes mantêm com cada verbo, o autor explica ser o verbo ação e ao mesmo tempo um processo com um paciente. A proverbalização afeta a configuração inteira do verbo+paciente e não simplesmente o verbo sozinho. Em *Ela quebrou acidentalmente a travessa*, *obtem-se* a pergunta *Ela o fez (isto é, quebrou a travessa)*. Essa observação indica que a configuração verbo+paciente comporta uma unidade de uma maneira diferente da configuração do verbo+agente.

O advérbio *acidentalmente* modifica a estrutura *quebrou a travessa* como uma unidade, pois não pode modificar somente o verbo *quebrou*. Embora o autor direcione sua análise para a posição fixa do advérbio (não se coloca entre o verbo e o paciente), e essa não seja a regra para o português, devemos admitir que é a relação verbo + complemento que está sendo afetada pelo advérbio.

Interessante na avaliação de Chafe é a reflexão sobre “idiomatismos”, considerados na configuração verbo+paciente, mas não como verbo+agente. Pensando em língua portuguesa, teríamos *quebrar o gelo*; *pegar uma onda*, *ralar o coco*,

*dar mancada*. Mas também são comuns expressões como *dar no pé*, *chegou na hora*, *pegar no tranco*, etc.

Percebe-se, portanto, que o relacionamento *verbo + complemento* acarreta instruções de sentido relevantes para a interpretação da frase. Porém, trata-se de discussão que não deve ser provida somente pela preocupação com a descrição sintática, dependencial. É preciso verificar o estatuto do léxico verbal e o íntimo relacionamento desse léxico com o sintagma nominal que acompanha o verbo. Trata-se de um exercício sintático-semântico que bem soube apresentar Fillmore (1977), ao discutir o relacionamento do verbo com os chamados casos semânticos.

## REFERÊNCIAS

- ALLERTON, D.J. *Valency and the English Verb*. Londres: Academic Press, 1982.
- ASSMANN, Hugo. *Metáforas para Reencantar a Educação; epistemologia e didática*. Piracicaba: UNIMEP, 1996.
- ASSMANN, Hugo. *Reencantar a Educação: Rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre. Artes Médicas. 1990.
- AUSTIN, J.L. *How to Do Things with Words*. Cambridge:Harvard University Press, 1977.
- BAEZ SAN JOSÉ, Valério. *Fundamentos críticos de la Gramática de Dependencias*. Madrid: Síntesis, 1988.
- BAKTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7a ed. São Paulo. Hucitec. 1995.
- BOBROW, D.G. e Winograd,R. An overview of KRL, a knowledge representation language. *Cognitive Science* 1:3-46, 1977.
- BRACHAMN,R.J. e Schmolze, J. An overview of the KL-ONE knowledge representation system. *Cognitive Science* 9:171-216, 1985.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CHAFE, Wallace L. *Significado e Estrutura Lingüística*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979.

CHIERCHIA, G. e McConnel-Ginet, S. *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. Cambridge, MIT Press, 2000.

COLOMER, T. e Camps, A. *Ensinar a ler, ensinar a compreender*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COOK, Walter A. *Case Grammar and generative semantics*. in *Georgetown University Working Papers on Language and Linguistics*. Washington, D.C. Georgetown University Press, 1974.

CRUSE, D.A. *Lexical Semantics*. Cambridge University Press, 1986.

DASSMANN, Hugo. al Molin, Beatriz Helena. *DO TEAR A TELA: Uma Tessitura de Linguagens e Sentidos para o Processo de Aprendizagem*/ Beatriz Helena Dal Molin. Florianópolis, UFSC/CTE, 2003.

DELEUZE, Gilles; A lógica do sentido. 4ª edição - 2a tiragem: São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATARI, Félix. *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia*. 1ª reimpressão: São Paulo: Editora 34, Coleção Trans, v.4, Reimpressão 2002.

DIK, C. Dik. *Gramática Funcional*. Madrid: North-Holland Publishing Company, 1981.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas. Pontes. 1987.

ECO, H. *Leitura do texto literário*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1979.

ETGES, Norberto Jacob. *Estrutura versus subjetividade nas relações sociais: uma oposição de exterioridade?* In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: 19(10), jan./jun de 1994.

FILLMORE, Charles. *Em favor do caso*, in *A Semântica na Lingüística Moderna*. O Léxico. Tradução de L. Maria Pinheiro Lobato. Rio, Francisco Alves, 1977.

FINGER, I. *Metáfora e Significação*. Porto Alegre. Edipucrs. 1996.

GRICE, H. P. *Logic and Conversation*. In: COLE, P. & MORGAN, J. (Eds.). *Syntax and Semantics*. New York. Academic Pres. V.03. 1975.

KLEIMAN, Â. *Oficina de leitura: teoria e prática*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

- LAKKOF e JOHNSON. *Metáforas do cotidiano*. Campinas. Mercado das Letras. 2001.
- LEECH, G. *The principles of Pragmatics*. New York. Longman. 1983.
- LEVINSON, S.C. *Pragmatics*. Cambridge. CUP. 1983
- LIBERATO Martinez, Micaela. *Los complementos preposicionales según la gramática dependencial del verbo: Estudio contrastivo alemán. espanõl*. (Tesis Profesional). México: Facultad de Filosofia y Letras. Universidad nacional Autónoma de México, 1981.
- MORAVCSKI, J.M. (1975). Aitia as generative factor in Aristotle's philosophy. *Dialogue* 14:622-636, 1975.
- MOURA, H.M.M. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis. Insular. 1999.
- PARRET, H. *Enunciação e Pragmática*. Campinas. Editora da Unicamp. 1988
- PUSTEJOVSKY, J. *The Generative Lexicon*. The MIT Press. MA:Cambridge, 1995;
- ROBERTS, R.B. e Goldstein. *The FRL Manual, Technical Report AI Memo 409*. MIT Artificial Intelligence Laboratory, 1977.
- SEARLE, J. *Indirect Speech Acts*. In: COLE, P. & MORGAN, J. (Eds.). *Syntax and Semantics*. New York. Academic Pres. V. 03. 1975.
- SPERBER, D. e WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*. 2a ed. Oxford. Blackwell Publishers. 1995
- TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de Syntaxe Structurale*. 2 ed. Paris: Klincksieck, 1953.
- VAN DIJK, T. A. *Cognição, Discurso e Interação*. 3a ed. São Paulo. Contexto. 2000.
- VATER, Heinz. *On the possibility of distinguishing between complements and Adjuncts*. In *Valence, Semantic Case, and Grammatical Relations*, Volume I, Amsterdam, John..., 1978, p. 21-40.
- VILELA, Mário e BUSSE, Winfried. *Gramática de Valências*. Coimbra, Almedina, 1986.
- WOTJAK, Gerd. *Acerca de la confeccion de un diccionario de valencias de verbos españoles*. *Beiträge zur Romanischen Philologie*. XVIII (2), 1979: 307-320.